

O Colapso da Modernização — Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial

Robert Kurz

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, 2ª edição.

Entre as obras que tratam da derrocada do socialismo, destaca-se de maneira ímpar este livro de Robert Kurz. Mediante um método de análise arrojado e inovador, o autor apresenta conclusões que ao mesmo tempo acalmam os espíritos, ao propiciar respostas a assuntos até então mal resolvidos, e provocam o repensar de várias outras questões, mesmo para aqueles que ainda se dizem marxistas.

Enquanto outros autores enfatizam que a *débâcle* se deve a problemas de gestão derivados da incapacidade do planejamento centralizado de dar conta de uma economia complexa e, por isso mesmo, de responder às necessidades dos consumidores, Kurz afasta-se da discussão mercado vs. planejamento/Estado e analisa o processo ocorrido nos países do Leste sob a perspectiva do sistema mundial de produção de mercadorias. Para ele — e esta é a questão-chave para entender seu raciocínio — as economias socialistas nunca deixaram de fazer parte do sistema mundial de produção de mercadorias, estando nelas presentes todas as categorias fundamentais do capitalismo, isto é, salário, preço e mesmo lucro, sob a forma de ganho das empresas. Dessa forma, a Revolução de Outubro não deu início à substituição do sistema produtor de mercadorias por outra forma histórica, e sim ao desenvolvimento do próprio sistema produtor de mercadorias. E esta tarefa só poderia ser realizada pelo Estado e em nome dos trabalhadores em países como a Rússia de 1917. O trabalho abstrato, princípio que rege a produção de mercadorias, não só foi adotado na economia soviética como levado a seu extremo.

Em outras palavras, o tempo histórico da superação da sociedade do trabalho ainda não havia chegado. Só se faria presente quando as forças produtivas permitissem abolir a classe trabalhadora, isto é, “o desligamento da reprodução social do sistema de dispêndio abstrato e em massas de força de trabalho”. Assim, a Revolução deu surgimento a um moderno sistema produtor de mercadorias, substituindo no entanto a concorrência pelo comando estatal. A abolição da concorrência interna era condição necessária para que uma nova economia independente resistisse à concorrência dos países desenvolvidos do início do século XX. Tal fato, entretanto, introduziu uma contradição no regime soviético. Se nas primeiras décadas o crescimento extensivo via-

bilizou resultados surpreendentes, levando a crer que a URSS pudesse superar as economias capitalistas, o desenvolvimento mais recente das forças produtivas destas economias, em especial a microeletrônica, deixou claro que as economias socialistas “petrificadas” não conseguiriam mais acompanhar o Ocidente. Isso porque na expansão soviética o aumento da produtividade do trabalho foi baseado na intensificação extrema do trabalho, sendo o *stachonovismo* a contrapartida dos métodos tayloristas e fordistas do mundo ocidental.

Assim, a mesma concorrência que, ao ser abolida, viabilizou a sobrevivência do regime num primeiro momento, colocou-a em xeque mais tarde. Embora Kurz faça menção à Pax Americana do pós-guerra como condição para o florescimento ulterior da concorrência no mundo ocidental, deixa de enfatizar que a expansão soviética ocorreu exatamente em período de grande conturbação econômica e política dos países capitalistas. Superada essa fase, a dinâmica do sistema produtor de mercadorias se impôs, apontando os limites da economia de comando. O padrão de produtividade que emerge de um sistema cada vez mais mundial não permite a coexistência de economias que não privilegiem o emprego de novas tecnologias. A ruína das economias de comando era inevitável.

Até esse ponto, Kurz se diferencia dos autores que apontam os problemas de gestão como causa da crise das economias socialistas, não porque desconheça a importância desse fator em sua derrocada, mas porque, acima de tudo, considera que elas faziam parte do sistema mundial de produção de mercadorias. E somente por isso os padrões mundiais da concorrência se fizeram sentir soberanos sobre elas.

Mas sua análise não se encerra aí. O potencial nunca antes visto de automatização em todos os setores de atividade estaria finalmente criando as condições para a superação da sociedade do trabalho. O aumento de produtividade é tal que, pela primeira vez, se evidencia a redução do número absoluto de trabalhadores, indicando que o tempo socialmente necessário para a produção da riqueza material vem se reduzindo significativamente. Nesse sentido, a derrocada do socialismo estaria prenunciando uma crise maior, a de todo o sistema

mundial de produção de mercadorias. O irônico dessa situação é que as condições para a superação da sociedade do trabalho — que engendrou o sistema produtor de mercadorias e o movimento operário organizado — surjam exatamente quando da eliminação tendencial dos próprios trabalhadores. A classe trabalhadora estaria, portanto, impedida de negar o sistema.

Por outro lado, a tendência à eliminação do trabalho torna inútil o retorno das economias socialistas ao mercado. Para elas, assim como para outros países, o único lugar reservado nos estereótipos do sistema mundial de produção de mercadorias será o da marginalização e empobrecimento. Tal situação, bem como a crescente exclusão de setores dentro

dos próprios países desenvolvidos, indica um movimento no sentido da desintegração social do sistema. No plano material, no entanto, a extrema socialização das forças produtivas cria, no dizer de Kurz, a base sobre a qual a humanidade pode finalmente construir o “comunismo das coisas”. Como visto, Kurz critica o Marx da luta de classes e do papel dirigente dos trabalhadores na transformação da sociedade burguesa, mas ao mesmo tempo resgata, com extrema ênfase, o Marx do fetiche da mercadoria. Sua irreverência é enganadora, muitas vezes ocultando o sentido profundo de suas colocações. É um livro de leitura obrigatória.

Rosa Maria Marques
Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

O Colapso da Modernização — Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial

Robert Kurz

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

“(…) a moderna sociedade do trabalho como um todo está no fim e, com isso, também o estão suas categorias básicas da forma-mercadoria e forma-dinheiro”. Um livro em que se encontram afirmações que se afiguram tão extemporâneas — e tão definitivas — como esta pode ser levado a sério? Deve ser resenhado e, eventualmente, recomendado para leitura? Ou, ao contrário, motiva esta pergunta que põe em dúvida de imediato a seriedade do escrito uma leitura corrente, mas profundamente distorcida, dos fatos históricos recentes? O que se viu cair diante dos olhos de todos não foi o socialismo e, junto com ele, uma visão premonitória de um certo futuro em que ninguém mais acredita? Não foi, para recolocar a questão de modo mais direto, o capitalismo que venceu?

Para Robert Kurz, quando se pensa o colapso do socialismo real como resultado final de um conflito entre sistemas opostos, é-se levado a concluir, sem grandes dúvidas, pela afirmativa. Porém — questiona ele — não teriam tais sistemas, que apenas aparentemente excluem um ao outro, um fundamento comum? Não seriam eles diferenciações de um mesmo movimento constitutivo de sociedade que se iniciou na modernidade e agora vai chegando ao fim? Para além da oposição abstrata entre mercado e Estado subjacente à visão centrada no conflito de sistemas, ele identifica uma mesma natureza: tanto o capitalismo concorrencial quanto o socialismo real são, em seu entender, sociedades baseadas na acumulação de trabalho abstrato. Assim, o con-

ceito marxiano de alienação ganha amplitude, obrigando a uma mudança de enfoque. Tanto uma como outra forma social passam a ser enxergadas como máquinas que consomem força de trabalho, ou seja, como sistemas governados pelo mesmo princípio de desenvolvimento infinito, cujo nome é, como bem se sabe, relação de capital.

Nesse sentido, ele se vê, em primeiro lugar, repetindo uma intuição básica de Thomas Mann, que, já em 1919, escreveu o seguinte: “... a diferença ética entre o capitalismo e o socialismo é insignificante, porque ambos consideram o trabalho o princípio supremo, o absoluto”. E, em segundo lugar, como alguém que se esforça para atualizar as idéias de Marx, por meio da amplificação enfática de sua crítica à forma-mercadoria e, em conseqüência, ao fetiche da mercadoria. Para ele, no Leste europeu se desenvolveu apenas um “mercado planejado”, que não eliminou as categorias fundamentais do capitalismo, tais como salário, preço e lucro. Além de ineficiente diante de seu competidor concorrencial, o sistema de planejamento aí instituído não tornou menos cego o crescimento econômico. Por isso, o socialismo real entrou em crise inesperadamente, surpreendendo tanto os estrategistas americanos quanto os burocratas soviéticos; esta percepção lhe permite pensar que se trata, tal como a economia concorrencial real, de uma sociedade que não é dona de si mesma e engendra as condições de seu próprio aniquilamento.

Nesse caminho de escarpas abruptas, Kurz encontra razões para criticar o próprio Marx. No cerne de sua teoria há, segundo ele, um dilema não superado, o qual convém que seja dito em suas próprias palavras: “a afirmação do movimento operário, por parte de Marx ..., é na verdade inconciliável com sua própria crítica da economia política, que desmascara precisamente aquela classe trabalhadora... como categoria social constituída... pelo capital”. Ao contrário do que pensara Marx, não se encontra latente no movimento operário a força social que permite superar o capitalismo. Os trabalhadores como classe, tal como os capitalistas, não podem ultrapassar a condição do que denomina de “mônadas-dinheiro”, mesmo com a ajuda do “marxismo do movimento operário”. Neste, aliás, ele também aponta graves limitações históricas.

Ainda que uma resenha não venha a ser uma crítica, não é adequado deixar de assinalar aqui que, nessa argumentação, a dialética, que ele não recusa, parece se paralisar: vai lhe faltar o sujeito histórico emancipado. Entretanto, mais importante que anunciar eventuais falhas em sua argumentação é mostrar os resultados a que ela conduz. Mesmo se mantendo na dinâmica do pensamento de Marx, Kurz não afirma que a contradição básica do capitalismo consiste na contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação e que esta se resolve por meio da luta de classes. Para ele, a contradição básica da modernidade vem a ser a contradição entre a socialização direta dos homens no nível da produção e a socialização indireta, mediada pela mercadoria e pelo dinheiro, no nível da circulação, a qual instaura uma dinâmica de crescimento e uma lógica de exclusão avassaladoras.

Se a tarefa histórica positiva da sociedade do trabalho é o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, a destruição das formas pretéritas da produção social e sua unificação numa rede global de divisão do trabalho, sua tarefa negativa é a “abolição do trabalho”. Assim, com o desenvolvimento da produtividade, a capacidade do sistema de absorver trabalho que cria valor se reduz e a força de trabalho disponível torna-se cada vez mais desnecessária. Daí o desemprego, o subemprego e o emprego supérfluo (do ponto de vista sistêmico) crescentes. O resultado do processo é a crise global: “a sociedade mundial capitalista” — segundo ele — “está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura, pois tem que chegar a um ponto... em que suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser a substância social do valor econômico”. E essa crise, segundo Kurz, já começou; a própria queda do comunismo histórico faz parte do processo; o Terceiro Mundo que afunda na inflação, no endividamento

e na desindustrialização é sua primeira vítima. De qualquer modo, em seu desabalado movimento tem emergido o que denomina de “sociedades de colapso”.

Nessa perspectiva, contra a tese do “fim da história”, ele conclui que não é a “paz eterna” o que o sistema mundial produtor de mercadoria, finalmente unificado, pode esperar. Ao contrário, seu futuro “revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir, guerra em que já não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis”. Os excluídos do sistema, privados de toda possibilidade de vida material e espiritual, minarão o terreno em que uma minoria de integrados e bem-sucedidos continuarão a levar à frente, cegamente, o processo atual de criação destrutiva.

Se Kurz vê a modernidade entrando numa era de trevas em que fica ameaçada, inclusive, o futuro do homem, ele ainda acha que pode esperar luz de um movimento social amplo capaz de romper o domínio do valor econômico abstrato. Não é à toa, contudo, que deixa para uma nota de rodapé uma consideração importante: “Constitui, no entanto, uma condição prévia a circunstância de que esse rompimento apenas pode ser o resultado de uma mobilização bem-sucedida de grandes massas em favor de uma alternativa social nova e conscientemente formulada, que primeiro tem de ser elaborada”. Tal como Marx, vem a ser de uma figura da razão centrada no sujeito que ele espera o trabalho de parto. A classe operária atual, porém, não parece ter condições de gerar aquilo que, segundo seu entendimento, se afigura como necessário. Kurz, em consequência, torna-se incapaz de fundar essa figura num corpo social bem definido.

De passagem, vale mencionar: o beco sem saída em que se mete o autor talvez possa ser considerado um apoio inesperado à tese habermasiana de que é preciso abandonar o conceito de racionalidade como posição do sujeito.

O defeito maior de O Colapso da Modernização é não conter uma boa explicação econômica do processo da crise. Na falta de uma argumentação mais apurada nesse sentido, é-se levado naturalmente a desconfiar de seu catastrofismo. Trata-se de boa ciência ou de retórica vazia? Entretanto, na medida em que seu discurso parece se adequar em linhas gerais aos grandes movimentos da história recente, tem-se de apreciar e discutir seus argumentos. Eles alertam, sem dúvida, para alguma coisa. Porém será mesmo necessário passar pelo inferno para chegar enfim ao paraíso?

Eleutério F. S. Prado
Faculdade de Economia e Administração da
Universidade de São Paulo.

Ensaio de Economia Monetária

Fernando Nogueira da Costa
São Paulo, Biental, 1992.

Este livro é uma coleção de cinco ensaios, escritos, conforme informa o autor, durante um período de quase três anos. Os trabalhos são precedidos por uma introdução de Luiz Carlos Bresser Pereira. Os ensaios têm diferenças importantes de ambição e estilo, tratando de várias escolas de macroeconomia e atacando temas, predominante mas não exclusivamente, de teoria monetária. Por todos os ensaios, porém, perpassa um tema comum: a relação entre quantidade de moeda e preços e a determinação da oferta de moeda.

O primeiro ensaio volta-se para a crítica da teoria quantitativa da moeda. O autor faz a teoria quantitativa de moeda se definir pela aceitação de três axiomas: (i) funcionalidade, pelo qual a moeda se define por sua função de meio de pagamento, excluindo a função de reserva de valor; (ii) causalidade, em que a quantidade de moeda determina o nível de preços; e (iii) controlabilidade, em que a oferta de moeda não é apenas dada exogenamente, mas também assumida como controlável pelas autoridades monetárias. Nogueira da Costa concentra suas críticas nos dois últimos axiomas, contrapondo-lhes a visão kaldoriana de causação reversa (dos preços para a quantidade de moeda) e moeda endógena. Pode-se questionar se a axiomatização de Nogueira da Costa não é excessivamente restritiva (por exemplo, como enquadraríamos quantitativistas como Wicksell nesse esquema?); mas, aceitos os axiomas como representativos, encontraremos uma discussão bastante meticulosa das teses críticas kaldorianas, ainda que, aqui e ali, nos deparemos com proposições algo obscuras (por exemplo, na distinção entre moeda e dinheiro, nas págs. 39-40, remanescente de debates marxistas, mas estranha às teorias keynesianas). Vale notar, em contraste, a sucinta mas bastante clara e satisfatória contraposição entre as abordagens de novos keynesianos e novos clássicos (págs. 34-35).

No segundo ensaio, o autor parece mais livre e ousado, defendendo posições teóricas com mais vigor e clareza. Nele procede a uma crítica da visão marxista ortodoxa de moeda que faz da teoria monetária um ramo menor da teoria do valor e acaba por se perder nas armadilhas do valor trabalho e da moeda-mercadoria. O autor defende uma visão "pós-marxista" em que a teoria do valor seja primordialmente uma teoria da validação das decisões privadas e de uma teoria monetária em que a moeda aparece como o principal instrumento dessa validação.

Já o ensaio de número três padece de um estilo esquemático e autocontido. Na verdade, trata-se, talvez, do mais didático dos cinco artigos da coletânea, mais um guia de estudos que um ensaio teórico. É impossível ao leitor não se ressentir da quebra de ritmo que representa. Por outro lado, o leitor advertido para a mudança de estilo e de intenções pode se valer desse trabalho para organizar uma primeira incursão à literatura pós-keynesiana ali sumarizada. O ensaio, aliás, cobre mais tópicos que os outros capítulos, introduzindo a macroeconomia (mais que a teoria monetária) pós-keynesiana.

O quarto ensaio é possivelmente o mais importante do livro, no sentido de que nele aflora à superfície o tema que evidentemente mais atrai o autor: as formas de política monetária na presença de uma oferta de moeda endógena. Nogueira da Costa é, assumidamente, um endogenista e apresenta neste capítulo os fundamentos teóricos e os principais antepassados dessa posição. Parece hesitar, por vezes, entre a visão mais radical de Kaldor e Moore, para quem, como escreve, "o banco central não possui o poder de não ser acomodatório quanto à quantidade de moeda" (pág. 95), definindo a chamada visão horizontalista, e versões mais nuancadas, que reconhecem certa capacidade de ação do banco central, como sugerido por Wray (págs. 108-9). São posições bastante polêmicas, que às vezes não escapam a tautologias. (Por exemplo, qual o sentido da afirmação de que "não existe uma 'moeda não desejada': ou é convertida em ativo ou é empregada em liquidação de passivo", na pág. 96? Não é a tentativa de se livrar de algo a própria marca de que este algo está em excesso de oferta?) No mais das vezes, porém, o autor conduz com firmeza a apresentação das teses centrais do endogenismo monetário. Fica a nos dever discussão igualmente ampla da segunda "perna" do endogenismo, a discussão da fixação da taxa de juros que transcenda a mera declaração de que são fixadas pela autoridade monetária.

Por fim, no quinto ensaio, Nogueira da Costa discute os conceitos de poupança, distinguindo em particular as noções de poupança real e financeira, mostrando que a primeira nada tem a ver com a determinação do investimento. Já a relação entre poupança financeira e investimento é mais complexa e fica a merecer discussão mais detalhada, com o exame do papel e das formas de intermediação financeira, da relação com a preferência pela liquidez, da determinação da estrutura das taxas de juros etc.

O prefaciador do livro faz algumas cobranças ao autor, especialmente no que se refere à omissão de autores latino-americanos. A demanda é justa, embora se devesse desenvolver em um sexto ensaio, já que os cinco publicados tem fronteiras claramente delimitadas pelo autor. Por outro lado, e isto é certamente uma qualidade, o livro induz o leitor a se perguntar permanentemente por temas correlatos e por outras correntes teóricas que o autor poderia ter considerado, levando a aguardar novas incursões de

Nogueira da Costa na teoria e política monetária.

O autor declara, em sua introdução, o caráter exploratório do trabalho, organização de reflexões em diferentes estágios de amadurecimento, apresentadas com vigor e rigor diferenciados. Produzido o ensaio, esperamos dele agora o desenvolvimento mais completo de seus temas.

Fernando Cardim de Carvalho
Universidade Federal Fluminense.

A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional: Ensaio em homenagem a Dilson Funaro

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo/Paulo Nogueira Batista Jr., orgs., 1992.

O livro *A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional*, organizado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Paulo Nogueira Batista Jr. em homenagem a Dilson Funaro, reúne dez ensaios bastante instigantes sobre diversos aspectos relacionados à problemática da estabilização monetária. A leitura do material revela-se altamente compensadora, não só pela quantidade de artigos, que permitem compor uma visão realista e abrangente da crise brasileira, mas sobretudo pela preocupação — que perpassa todo o livro — em estender o debate para além das fronteiras da teoria econômica convencional.

O artigo de João Manoel Cardoso de Mello — “Panorama da crise brasileira” — discute o dilema econômico dos dias de hoje: recessão ou destruição da capacidade de coordenação macroeconômica do Estado, o que levaria o país à hiperinflação. A argumentação central é que só nos resta uma estratégia defensiva, que nos permita proteger a nação dos “efeitos destrutivos da crise”.

Em “A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira”, Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Sérgio G. de Almeida identificaram as origens da crise financeira do Estado: a brusca interrupção da oferta voluntária de recursos externos em 1982 e as políticas adotadas para sanar o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Os autores concluem que, no atual contexto de inflação alta e crônica e na ausência de uma revisão em profundidade dos termos da dívida externa, a reforma fiscal se revela, por si só, insuficiente enquanto concepção de política de estabilização.

O artigo de Arno Meyer, “As negociações da dívida externa brasileira no âmbito do Clube de Paris”, analisa as causas da deterioração recente do problema do endividamento junto às agências governamentais e discute as opções para o tratamento

dessa parcela da dívida externa brasileira. O autor conclui que o Brasil pode reduzir substancialmente as transferências líquidas a esse grupo de credores.

Luiz Carlos Bresser Pereira, em “A lógica perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil”, argumenta que, “enquanto não se encontrar uma solução definitiva para a crise da dívida e para a crise fiscal a ela associada, a inflação não será controlada no Brasil”. Na indisponibilidade de recursos externos para o financiamento do déficit público, o governo, segundo o autor, recorre ao endividamento interno e à emissão primária de moeda. A primeira alternativa agrada a situação por conta de sua pressão sobre os juros; a segunda válida a taxa de inflação vigente, que tende a se tornar inercial ou autônoma. Nesse contexto, compõe-se um mecanismo endógeno de aceleração da inflação que, sujeita a choques exógenos, tende a ser cada vez maior.

Carlos Eduardo Carvalho, em “Liquidez e choques antiinflacionários”, discute as condicionantes impostas pela presença de um elevado estoque de moeda indexada na implementação de um programa de estabilização. O autor argumenta que a liquidez dos haveres financeiros foi o fator predominante para explicar o fracasso dos planos Cruzado e Verão, o mesmo não se verificando no plano Bresser.

“Alta inflação e hiperinflação: uma visão pós-keynesiana”, de Fernando J. Cardim de Carvalho, fornece-nos um referencial teórico para a análise dos processos inflacionários. A idéia básica é que os agentes econômicos estão conectados no tempo por contratos em moedas, “criando perfis de obrigações que organizam os fluxos materiais necessários à operação da economia”. Nessa perspectiva, o autor procura demonstrar como esse sistema de contratos é corroído pela inflação, transformado pela alta inflação e destruído pela hiperinflação.

O artigo de Paulo Nogueira Batista Jr., “Keynes e a estabilização do marco alemão nos anos 20”, representa um dos pontos altos do livro. A partir da reconstituição alemã e da política de estabilização do marco, o autor apresenta as contribuições de Keynes sobre o debate e extrai importantes lições dessa experiência histórica. Dois aspectos merecem destaque: a reduzida possibilidade de êxito de um programa de estabilização num contexto de elevadas transferências líquidas de recursos ao exterior e a noção de que o equilíbrio orçamentário, apesar de necessário para a estabilidade monetária, não constitui condição prévia para a implementação de um programa de estabilização.

Outra experiência de hiperinflação na Europa na mesma década é abordada por Valdir Ramalho em “Anos 20 e a hiperinflação na Polônia”. Afora o excelente trabalho de reconstituição histórica, o artigo é ainda enriquecido pela visão que nos fornece acerca dos efeitos da hiperinflação sobre a ordem

econômica, política e social da Polônia nos anos 20.

Por fim, Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Sérgio G. de Almeida, em “A questão da dolarização”, e Carlos Eduardo Carvalho, em “Âncora cambial, conversibilidade e dolarização”, apontam as dificuldades de implantação e os riscos de um programa de dolarização como solução para a restauração do padrão monetário brasileiro.

As origens e a insuficiência das políticas de ajustamento de tipo convencional compõem a preocupação deste livro e representam o eixo ao longo do qual se desenvolvem os ensaios em questão. Seguramente a obra constitui uma leitura bastante oportuna para todos aqueles que estejam preocupados com a luta pela sobrevivência da moeda nacional.

Eduardo Refinetti Guardia

Departamento de Economia da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo.

The Theory of Natural Monopoly

William W. Sharkey

Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

A mais recente e abrangente síntese do que viria a ser a teoria do monopólio natural está expressa no livro de William W. Sharkey (1982), intitulado *The Theory of Natural Monopoly*, com reimpressões em 1989. Com este livro o autor teve o propósito de definir, em detalhe, as condições sob as quais monopólio (produção por única firma) é uma forma de organização de mercado desejável. Sharkey partiu da seguinte constatação. Até bem pouco tempo a visão tradicional consistia em que certas indústrias, basicamente as reguladas utilidades públicas, podiam ser monopólios naturais, mas seguramente nenhuma teoria era requerida para justificar o *status* de monopólio natural de uma dada indústria.

Recentemente esse ponto de vista passou a ser questionado. Segundo Sharkey, olhando pelo lado do desenho de políticas públicas, a década de 70 testemunhou uma transformação em muitas indústrias que passaram de um regime de regulação generalizada para um de substancial competição. Sob o prisma teórico, observou-se (a partir de contribuições à teoria econômica também nos anos 70) que a própria definição de monopólio natural depende antes da propriedade conhecida como *subatividade de custos* que de uma simples e facilmente medida

condição de economias de escalas. Portanto não é mais óbvio, ou propriamente evidente, se uma dada indústria satisfaz (ou não) as condições de monopólio natural.

Nesse sentido, o autor dividiu o estudo em nove capítulos. No capítulo introdutório, apresenta uma idéia do conceito de subatividade de custos, propriedade econômica que passa a ser o tema central do livro. Para tanto, utiliza o conceito de *função de custos de produção* para uma única firma em um mercado. Então, se $q = (q_1, q_2, \dots, q_n)$ representa um vetor de produtos de um mercado em particular, $C(q)$ representa o valor monetário de ambos os insumos, físicos e organizacionais, que são requeridos se q deve ser produzido por uma única firma. Admite-se na análise que há um *trade-off* entre uma firma centralizada e um mercado descentralizado, que é expresso em termos do custo relativo de uma produção q com uma única firma ou com muitas firmas. Sendo assim, se q^1, \dots, q^k são vetores que, somados, formam q , logo uma única firma é mais eficiente que um mercado multifirma se:

$$C(q) < C(q^1) + \dots + C(q^k)$$

assumindo, é claro, que todas as firmas no mercado tenham a função de custo C . Se a inequação acima

existe para qualquer desagregação de um vetor de produção q , então C é dita subaditiva em q e o mercado é dito um *monopólio natural* em q .

O capítulo 2 apresenta a história intelectual do conceito de monopólio natural. No capítulo 3 Sharkey revê algumas das principais ferramentas que estiveram tradicionalmente disponíveis aos economistas que estudaram o monopólio natural. Nesse sentido, trata dos seguintes temas: equilíbrio competitivo e monopolista, equilíbrio competitivo geral, a teoria da produção conjunta, custos fixos e a teoria de subsídios cruzados, a teoria da firma e retornos crescentes, e, finalmente, a teoria do segundo melhor.

O capítulo 4 é dedicado à descrição da teoria formal de monopólio natural, e o 5 descreve as condições sob as quais os monopólios de um único produto e o de multiproducto podem ser sustentáveis. Em muitos aspectos, o capítulo 6 é uma extensão do precedente, mas se utiliza essencialmente de conceitos matemáticos não facilmente acessíveis ao leitor não técnico. Seu objetivo é demonstrar que se pode usar um modelo razoavelmente simples de jogo cooperativo para descrever a estabilidade de um mercado em que há livre acesso. O capítulo 7 tem dois objetivos: (i) descrever algumas questões básicas associadas à regulação de firmas de monopólio natural; e (ii) montar um arcabouço teórico em que sejam examinadas a natureza da competição e a necessidade de regulação em mercados de monopólio ou oligopólio naturais. Um oligopólio natural é um mercado onde um número de firmas que minimizam o custo total da indústria é maior que um, mas não tão grande a ponto de torná-lo competitivo.

O capítulo 8 continua a análise de um mercado contestável que fora iniciado no capítulo 7, ao desenvolver um modelo que usa a teoria dos jogos não cooperativos. No último, parte da teoria apresentada

desde o quarto capítulo até o oitavo é aplicada ao exame da estrutura tecnológica e institucional da indústria das telecomunicações. Seus objetivos são:

- (i) rever os maiores elementos da teoria num contexto concreto e estruturado da indústria das telecomunicações;
- (ii) avaliar os estudos empíricos existentes dessa indústria;
- (iii) discutir questões relevantes para a futura pesquisa teórica e aplicada.

Este é, sem sombra de dúvidas, um livro fascinante. Representa um (senão o único) dos mais compreensivos e detalhados estudos sobre a questão dos monopólios naturais já desenvolvidos. Sharkey, membro do *staff* da Bell Laboratories (Nova Jersey, EUA), ao lado de outros economistas como William Baumol, John Panzar, Robert Willing, Gerry Faulhaber, Elizabeth Bailey e outros, contribuiu sensivelmente para o que hoje se convencionou denominar “nova escola da organização industrial”, ou “nova economia industrial”.

É bem verdade que o estudo já data de mais de dez anos e, obviamente, não incorpora algumas das contribuições mais recentes, como os trabalhos de Jean Tirole, *The Theory of Industrial Organization* (MIT Press, 1990), de Giacomo Bonanno Brandolini, *Industrial Structure in the New Industrial Economics* (Oxford University Press, 1990), bem como contribuições valiosas, como por exemplo as de David Kreps, *A Course in Microeconomics Theory* (Princeton University Press, 1990). De qualquer maneira, o livro de Sharkey é indispensável para aqueles que pretendem estudar uma questão tão complexa e ainda pouco explorada no Brasil.

José Carlos Cavalcanti
Mestrado de Desenvolvimento Urbano e
Regional da Universidade Federal de Pernambuco.